

## *Workshop 3*

*Sobre os efeitos  
da fala da criança:  
da heterogeneidade desses efeitos*

## *Sobre os efeitos da fala da criança: da heterogeneidade desses efeitos*

M. F. Lier-De Vitto – PUCSP\*

L. M. Arantes – PUCSP\*\*

---

Falar sobre os efeitos da fala da criança significa levar em conta o particular desta fala mas, acima de tudo, envolve falar do outro, ou seja da posição em que este outro é situado por essa fala e frente a ela. Significa tocar a problemática da interpretação.

Qual é a natureza particular de interpretação que a fala da criança convoca? Vale dizer que se há um mesmo implicado na qualificação de uma fala como sendo “a da criança”, o que há de comum aí parece ser o fato de que se trata de alguém que não pode ser reconhecido ainda e propriamente como falante de uma língua. É isso que autoriza que se faça uma referência genérica à “fala da criança” e, também, aos efeitos dela sobre um outro “já falante”.

Ocorre, porém, que essa generalidade encobre uma heterogeneidade e, conseqüentemente a de seus efeitos. Na assimetria radical da interação entre um falante e um ainda “não falante”, a diferença se inscreve com força: com a força do significante que se articula em composições enigmáticas, estranhas, para um “já falante”. Teresa Lemos (1995) qualificou a fala da criança como

---

\* M. F. Lier-De Vitto é docente do LAEL – Departamento de Lingüística e assessora de pesquisas da Divisão de Ensino e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (DERDIC) na PUCSP.

\*\* Lúcia Arantes é docente da Faculdade de Fonoaudiologia e fonoaudióloga da DEDIC.

"estranhamente familiar" à dita língua do adulto porque, como diz a autora, vê-se nela uma rede articulada que não faz sistema mas que expõe uma sistematicidade fugidia. Cabe indagar, então, *como a partir dessa diferença radical entre infante-falante, pensar a interpretação?*

Esta simples indagação aponta para uma primeira distinção. Aquela que se traça entre "interpretação do investigador" e "interpretação de um já-falante". Como se vê "falar de interpretação" parece impor a exigência de qualificar essa noção. Em sua generalidade e inespecificidade ela retém a vagueza, ou a idéia de que "toda fala pede leitura". Também insuficiente parece ser a suposição de que "interpretação" remete à discussão opacidade/transparência, ou a de se é possível supor um sentido literal ou original. Um passo necessário para fazê-la um conceito operativo parece ser o de defini-la no espaço singular dos campos em que ela é invocada.

No área de Aquisição da Linguagem, o compromisso teórico com a noção de interação, assumido por Cláudia Lemos e pesquisadores filiados a esse modo de pensar, abrange a de interpretação e torna imprescindível entendê-las – interação e interpretação – como determinação, ou seja, como força fundante do sujeito e da linguagem, uma vez que o outro e sua relação com a fala da criança ocupam necessariamente lugar central. Isso porque supor a interação como "matriz" (C. Lemos, 1986) traz a exigência teórica de esclarecimento sobre como um já-falante intervém na aquisição da linguagem da criança.

No trabalho de Cláudia Lemos (1982) a ele é atribuída uma "perspectiva estruturante". Como se vê, "interpretação" é assumida como tendo força de determinação na *estruturação* da linguagem, a saber, da criança na linguagem: interpretação comparece, assim, atrelada a estruturação. Basta lembrar a relação entre processos dialógicos (especularidade e complementaridade) e "sintaxe dialógica". Também, a insistência em dizer que "o processo de especularidade se inicia pelo movimento do adulto no sentido de espelhar a produção vocal da criança, ao mesmo tempo em que lhe atribui *forma*, significado e intenção..." (C. Lemos, 1989), a prioridade dada à "forma", sua posição inicial na seqüência "forma, significado e intenção", é anúncio de compromisso com a problemática interpretação-estruturação. A interpretação deve, então, "atender ao ato de *dar forma* ao som em sua materialidade" (C. Lemos, 1986).

Essa insistência no caráter significante da interpretação ganha, em 1992,<sup>1</sup> uma circunscrição mais precisa ao ser especificada a partir de uma hipótese sobre o funcionamento da língua. Em 1995,<sup>2</sup> "interpretação" tem aprofundada sua força de conceito,<sup>3</sup> quando Cláudia Lemos acrescenta à noção de "ressignificação", introduzida em 1992, a de "restrição".<sup>4</sup> Essa reviravolta está em íntima relação com a desempirização do outro que, desde então, não pode ser mais confundido com "individualidade". Ele deve ser considerado "a partir de sua posição subjetiva", já que assumido como "instância do funcionamento da língua constituída". Interpretação fica aí compreendida na idéia de ressignificação/restrição – os fragmentos dispersos e indeterminados na fala da criança vão ser restringidos ao serem articulados numa cadeia significante da língua constituída, num texto, escapando ao desdobramento imprevisível do significante, à homonímia<sup>5</sup> e à deriva.

Pretendemos deixar aparecer, na breve apresentação acima, que "interpretação", segundo Cláudia Lemos, ganha especificidade. Esclarece-se em que ela implica uma "perspectiva estruturante". Se seus efeitos de restrição se fazem sentir desde muito cedo na fala de crianças em seus *diálogos* com o adulto – não é qualquer coisa que ela faz ou diz em resposta ao outro – também nos *monólogos*, estudados por Lier-De Vitto (1994, 1995, 1996), fala-se de seus efeitos, ou melhor, dos efeitos da ausência da "perspectiva estruturante" da interpretação do outro. Essas produções da criança exibem um dizer instável e indeterminado em que o sentido não se define devido a um incessante deslocamento de fragmentos ao longo do texto. Efeito da ausência da interpretação do outro e de uma posição subjetiva da criança frente ao que diz. A criança não é afetada, ainda, por seu dizer. De fato, ela não estranha o que diz.

Nos monólogos, a interpretação se faz notar exatamente pelo oposto: nos efeitos que sua ausência produz na superfície textual. Assim, na visibilidade do jogo entre presença/ausência de "interpretação", esse conceito mostra sua *força explicativa* à medida em

<sup>1</sup> Los procesos metafóricos y metonímicos como mecanismos de cambio. *Substratum*, n. 1.

<sup>2</sup> Língua e discurso na teorização sobre aquisição da linguagem. *Letras de Hoje*, n. 30.

<sup>3</sup> Sobre a distinção entre "noção" e "conceito", ver M. T. Lemos (a sair).

<sup>4</sup> "Ressignificação" é repetição com diferença (C. Lemos, a sair) e implica o funcionamento dos eixos metafórico e metonímico. Os fragmentos da fala da criança são submetidos a esse funcionamento na do adulto e ali ganham determinação (posição estrutural e sentido). Assim, o que se apresenta como indeterminado na fala da criança é restringido ao ganhar determinação numa cadeia/ texto.

<sup>5</sup> Como diz C. Lemos (1995, p. 22), "enunciados insólitos evocam a liberdade de combinação da língua e aponta para a imprevisibilidade de seus efeitos".

que, num caso e no outro, sublinhada fica a “perspectiva estruturante” que ela pode imprimir à fala da criança.

Dissemos, de início, que a generalidade suposta em “a fala da criança” encobria sua heterogeneidade e a de seus efeitos sobre o outro. Queremos dizer, também, que há aquele efeito maior que institui uma diferença fundamental; um corte que separa, na generalidade imaginada em “a fala da criança”, as categorias “normal” e “patológico”. Esse corte, que precede a instância clínica, coloca a questão da interpretação porque diz de uma separação que é efeito dessa fala num “já falante”, em alguém que pode escutar, na diferença inerente que essa fala tem em relação à dele, uma marca e nela reconhecer-se ou não, implicar-se nela ou não.

Isso nos leva a admitir que “a fala a criança” pode provocar a partição “normal” e “patológico” – trata-se de algo diferente da distinção “correto vs. incorreto”, “certo vs. errado”. Quanto ao patológico, o espaço clínico da fonoaudiologia se oferece como lugar privilegiado para discussão.

Antes de apresentar a fala de uma menina de 9 anos (V.), decidimos trazer o que os pais disseram dela – de sua fala – em entrevistas iniciais e separadas. Também, o que foi dito pela terapeuta à sua supervisora, após algumas sessões diagnósticas com a criança, e o que disse depois da transcrição das mesmas. Cabe destacar que o encaminhamento para a clínica fonoaudiológica foi feito pela psicóloga da menina porque ela “fazia muitas trocas”.

A mãe diz: “Olha, ela fala errado... é, por exemplo, ela vai falar ‘quintal’, ela chama ‘pital’, ela vai chamar ‘controle’, ela acaba chamar ‘trocole”. O pai diz: “ela troca as palavras. É, vamos supor assim: ela vai chamar ‘controle’, ela chama ‘cô’... é ‘cotrolo’. Ela troca tudinho as palavras”.

A terapeuta diz à supervisora que “não via problema na fala da criança” e que ela se indagava sobre a necessidade de indicação de terapia, uma vez que a menina apresentava apenas variações assistemáticas na produção de certos sons, em certas palavras. Para ela, parecia mais tratar-se de ‘variação dialetal’ do que de distúrbio de linguagem. Ao ouvir as sessões diagnósticas para transcrevê-las, a terapeuta foi surpreendida pela quantidade de vezes em que disse à criança “não entendi o que você disse” e, mais ainda, na leitura das transcrições, deparou-se com a desordem no encadeamento da fala da criança. Disse estar perplexa com suas observações anteriores.

Apresentaremos, agora, um fragmento de sessão, a título de ilustração do modo de falar dessa menina:

T: *Você foi, foi, foi com quem no casamento?*

V. Eu, meu pai, o João, pai dele, né? A Ana, minha mãe, e o meu irmão e o primo do meu irmão, o Elton, né? Que se chama e eu.

T: *Quem é o João? E a Ana?*

Ana? Eles dois, ahn... fi... o Elton... a mãe, a Ana, é a mãe do Elton. O pai, é o pai do Elton. Aí minha mãe é meu pai do meu irmão, né? Só, aí e a Ana e o João, ó. Eles têm um filho, né? Um filho, o Elton. Aí são ele mermo.

T. *Entendi nada de nada, Vã.*

V. O João...

T. O João...

V. E a Ana, o Elton, né? É o... a mãe do Elton...ele, a mãe dele.

Na segmento acima, vê-se que a fala de uma mesma criança produz efeitos diferentes. Efeitos surpreendentes, que vão desde um *acordo* entre dizeres de três pessoas sobre ela: da psicóloga, do pai e da mãe, até um *desacordo* na interpretação de uma mesma pessoa – a terapeuta. Duas coisas chamam atenção: uma diz respeito ao fato da fala dessa menina, com nove anos, não ter incomodado os pais antes. Que efeito é esse, pode-se perguntar. O que eles escutam dessa fala? Uma “troca”? Uma “insuficiência” que soa como “suficiência”? Outro ponto é que pai e mãe usam a mesma palavra para exemplificar a condição dessa fala como patológica. Referimo-nos à “controle”. De onde provém essa *coincidência* não é questão que se possa levantar, embora ela chame a atenção. Entretanto, a fala dos pais parece “colada” à da psicóloga. Todos fazem referência à “troca de sons” mas *não escutam o insólito dessa fala*: não são “as trocas” que mais insistem ali. Parece ser o “ela fala errado”, da mãe, que reflete o efeito de “patológico” que ela produz num “já falante”.

Por outro lado, a *heterogeneidade* de interpretações, que aparece no dizer da terapeuta, traz a questão da interpretação no campo da fonoaudiologia. Essa diferença sinaliza a passagem do “escutar” na clínica para o “ler”, depois do clinicar. Tem-se aí explicitadas duas posições do fonoaudiólogo (1) a da *interpretação “em cena”*, em que o clínico está sob efeito das produções de seus pacientes. Ali, ele não pode prever o que vai ser dito nem os efeitos que “a fala dos pacientes” produzirão nele (Arantes, a sair) e (2) a da interpretação de dados, quando ele – o terapeuta – se vê identificado com a posição do investigador (Lier-De Vitto, a sair).

A interpretação “em cena” do fonoaudiólogo pretende ser “estruturante” no sentido de “terapêutica”, o que deveria imprimir

uma diferença em relação à interpretação conforme concebida na aquisição da linguagem. Trata-se de uma interpretação convocada pela presença de um *sintoma*, de algo que é um apelo dirigido a um outro a quem se supõe um saber sobre como fazê-lo “passar a outra coisa”, sobre como “interromper a prisão de um sujeito em seu sintoma” (Allouch, 1994). Difícil é apreender no segmento dessa sessão diagnóstica, acima apresentado, uma posição singular do outro-terapeuta frente à fala daquela criança.

Nesse segmento chama a atenção a fala-sintoma da menina que, a partir de uma pergunta da terapeuta “você, foi, foi, foi com quem no casamento?”, produz um dizer-relato, cuja a seqüenciação é tecida “sem sair do mesmo lugar”, “sem passar a outra coisa”: nomes de pessoas e relações de parentesco se embaralham e confundem a fonoaudióloga. Vê-se, também e porém, que a criança é afetada pela fala da terapeuta. Mesmo depois de um “não entendi nada de nada, Vã”, são os nomes “João” e “Ana”, indagados pela terapeuta, no terceiro turno desse diálogo, que são retomados pela menina – âncoras da fala do outro que desencadeiam sua última fala nesse segmento de sessão.

Se, de um lado, a fala da terapeuta é propulsora, ela “empurra” a da criança, de outro lado, ela não parece “fazer a criança passar a outra coisa”. Sua fala faz mover um texto mas parece não ter efeito de estruturação em outro lugar: no de tessitura da cadeia. *A criança permanece presa ao seu sintoma*. Deve-se indagar, então, como a fala do terapeuta poderia “atingir” o sintoma e promover mudança de posição da criança em relação ao seu próprio dizer. Indagação que certamente não pode ser respondida a partir da análise desse segmento mas que se mantém como indagação e se traduz em necessidade: a de definir interpretação no espaço particular de uma clínica que se quer particular. Uma definição que atendesse ao “estruturante-terapêutico” que essa clínica almeja. A questão é a de se poder produzir uma enunciação relativamente à natureza da “interpretação” que essa clínica arregimenta.

Não se desconhece que “interpretação” é, também, palavra chave no campo da Psicanálise. Ela ocupa lugar central na doutrina e na técnica psicanalíticas. Diz-se ser a interpretação a “intervenção do analista que procura fazer surgir um novo sentido para além do manifesto”. Diz-se, também, que a interpretação deve *abrir*, para o sujeito, novas possibilidades de significação. Nessa definição doutrinária mais ampla, que não toca a polêmica que gira em torno da natureza da interpretação, faz presença um jogo entre “sentido manifesto” e “sentido latente” a sinalizar o que inte-

ressa à psicanálise: fazer aparecer, via interpretação, um efeito de sentido desconhecido pelo falante

Interessa-nos que “interpretação” na psicanálise e no interacionismo têm roupagens conceituais diferentes: falam de operações diferentes. A interpretação analítica “abre”, a da proposta interacionista “restringe” e essa diferenciação é crucial na demarcação de territórios.

Diante do que pontuamos nessa apresentação, talvez se possa sugerir que a interpretação na fonoaudiologia deva “quebrar” o que aprisiona o sujeito em seu sintoma na linguagem para que sua fala possa voltar a passar pela linguagem do outro, pela “perspectiva estruturante” dessa fala. Queremos dizer que o “estruturante” do interacionismo só pode se fazer valer depois, depois que um gesto “terapêutico” se faça valer. Procuramos, neste trabalho, falar dos efeitos heterogêneos que “a fala da criança pode produzir”. Procuramos, também, insistir na importância de se definir interpretação. É ela que restringe o sentido do termo e, ao mesmo tempo, delimita e distingue campos que dele se servem.

### Referências bibliográficas

- ALLOUCH, J. *Letra a letra*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1995.
- CHEMAMA, R. *Dicionário de psicanálise Larousse*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- KAUFMANN, P. *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- LEMOS, C. Sobre a aquisição da linguagem e seu dilema (pecado) original. In: MEISEL, Jürgen M. (ed.) *Aquisição da linguagem*. Frankfurt: Vervuert, 1982.
- . A sintaxe no espelho. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, UNICAMP, v. 10, 1986.
- . Los procesos metafóricos y metonímicos como mecanismos de cambio. Barcelona, Mèdar, *Substratum*, v. 1, n. 1, 1992.
- . Língua e discurso na teorização sobre aquisição da linguagem. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, EDIPUCRS, n. 30, 1995.
- LEMOS, M. T. A fala da criança como interpretação: uma análise das teorias em aquisição da linguagem. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, EDIPUCRS, n. 30, 1995.
- LIER-DE VITTO, M. F. *Os monólogos da criança: delírios da língua*. Tese de Doutorado, IEL-UNICAMP, 1994. (a sair)
- . Língua e discurso: à luz dos monólogos da criança. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, EDIPUCRS, n. 30, 1995.
- . Sobre a interpretação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, UNICAMP, n. 29, 1996.